

Política de cotas para negros nas universidades cria polêmica

Para especialistas, a reserva de vagas ajuda, mas não resolve o problema

MARTA AVANCINI

O governo brasileiro apresentou na Conferência Mundial contra o Racismo a idéia de criar cotas para jovens afro-descendentes nas universidades. Mas para tirar a proposta do papel, o caminho é longo e complicado. Um primeiro ponto, levantado pela psicóloga Irene Sales de Souza, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Franca, é a definição de quem é afro-descendente.

“A criação de cotas ajuda, mas não resolve o problema. Há muito a ser definido, como a identidade dos afro-descendentes. É a cor da pele ou a existência de parentes negros na família?”, questiona a pesquisadora, que desde 1984 estuda a discriminação racial.

Para o presidente do sindicato dos professores da rede municipal de São Paulo, Cláudio Fonseca, a exclusão dos negros

resulta de um problema maior: a exclusão social e econômica dessa população. “Os negros não chegam à universidade porque só têm acesso a escolas ruins e, muitas vezes, são forçados a abandonar os estudos para trabalhar”, analisa Fonseca. Para ele, que é negro, seria mais eficaz se o governo investisse em educação, oferecendo escola pública de qualidade para todos.

O fato de, em geral, os negros terem acesso a escolas públicas de qualidade discutível levanta outro ponto, na opinião do coordenador do vestibular das universidades estaduais do Rio, Paulo Fábio Salgueiro.

O Estado do Rio aprovou, recentemente, a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, onde boa parte dos negros e pobres estudam.

“As pessoas falam em reservar vagas, mas não pensam em mecanismos para recuperar eventuais defasagens de aprendizagem desses estudantes”, afirma.

Uma consequência, na opinião dele, pode ser o aumento da reprovação e da evasão. “Se o aluno não consegue acompanhar o curso, ele o abandona.”

FALTA
DEFINIR
QUEM PODE
PARTICIPAR